

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 841-D, DE 1999

Dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As prescrições médicas e odontológicas de medicamentos em todo o território nacional devem ser efetuadas adotando a Denominação Comum Brasileira - DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional - DCI.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, são adotadas as definições constantes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 2º Os profissionais a que se refere o *caput* deste artigo podem, a seu critério, após a DCB ou DCI, conforme o caso, indicar o nome comercial ou marca de sua preferência ou confiança.

Art. 2º Além do que prevê o art. 35 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, somente será aviada a receita que estiver em conformidade com o disposto no art. 1º desta Lei, sujeitando-se os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º As autoridades sanitárias e educacionais competentes têm prazo de 1 (um) ano para providenciar a atualização dos profissionais citados no art. 1º desta Lei, bem como a modificação dos conteúdos curriculares dos respectivos cursos de formação profissional, com vistas na adoção da DCB e DCI.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos propostos no *caput* deste artigo, as autoridades citadas devem

promover ações conjuntas com as entidades de representação das categorias envolvidas, assim como disponibilizar versões atualizadas da DCB e DCI para todos os médicos e odontólogos em atuação no País.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 1 (um) ano após sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA
Presidente

Deputado ROBERTO MAGALHÃES
Relator